

# RESENHA DO LIVRO “AS FRONTEIRAS NO CUIDADO. AGENDA, DIREITOS E INFRAESTRUTURA”

PAUTASSI, Laura; ZIBECCHI, Carla (Coord.). **Las fronteras del cuidado: agenda, derechos e infraestructura.** Buenos Aires: Editorial Biblos, 2013. 451 p. (Colección Derechos Sociales y Políticas Públicas).

Rosario Aguirre Cuns\*

**Palavras chave:** cuidado, gênero, trabalho – care-gender-work

## Por que o interesse pelo cuidado?

A publicação deste livro revela os avanços acontecidos na América Latina na compreensão da denominada crise dos cuidados e suas implicâncias no bem-estar social, no desenvolvimento econômico e na equidade de gênero. Esta crise é provocada, por um lado, pelo aumento na demanda de cuidados, fundamentalmente vinculada com a evolução demográfica e a redefinição das necessidades de cuidados. E, por outro lado, ela é induzida pela incorporação crescente das mulheres ao trabalho remunerado, tornando menor a tradicional disponibilidade delas para atender aos familiares, com a consequente redução da capacidade de resposta ao atendimento dessas necessidades de cuidados.

O cuidado refere-se às atividades necessárias para satisfazer necessidades físicas e emocionais de crianças e adultos dependentes, relações sociais e de trabalho nisso implícitas, aos custos econômicos e sociais associados com a sua realização e aos quadros normativos e institucionais nos quais se desenvolvem. O título do livro “As Fronteiras no Cuidado” remete à complexidade do conceito de cuidado e às múltiplas abordagens desse estudo. Trata-se de

---

\* Pesquisadora da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade da República, Uruguai.

uma obra coletiva que contribui significativamente na construção de um novo campo de pesquisa nas Ciências Sociais, incorporando diferentes olhares para iluminar uma realidade escassamente abordada até o presente momento.

## A estrutura da obra

Na introdução, as coordenadoras Laura Pautassi e Carla Zibecchi, referências acadêmicas em pesquisas de gênero na região, integrantes da Equipe Latino-Americana de Justiça e Gênero (ELA), mencionam que o objetivo da obra é contribuir para que as decisões de políticas públicas nesta área sejam tomadas com base em informações dentro de um contexto integral. Elas centram esforços na agenda pública, pois a crise do cuidado abrange a sociedade, afetando tanto aqueles que precisam de cuidados como os que os prestam. A divisão sexual do trabalho é um conceito considerado central - desde uma perspectiva de gênero, para mostrar a relação entre o trabalho das mulheres como principal responsável e as dificuldades que elas têm para exercer os seus direitos.

A trajetória acadêmica e profissional das autoras e dos autores é reconhecida nos seus respectivos países, tanto regional como internacionalmente, pelos diversos enfoques teóricos, conceituais e disciplinares. As suas contribuições estão organizadas em três partes. Na primeira delas: "O cuidado: perspectivas teóricas, econômicas e dinâmicas regionais", a ênfase fica na pesquisa na América Latina. É apresentado um debate teórico conceitual e metodológico sobre o cuidado, como medi-lo, os vínculos com a economia, as políticas públicas e os regimes de bem-estar.

O texto inicial de Flavia Marco Navarro e Maria Nieves Rico mostra um panorama geral sobre a situação na América Latina: conceitualização e medição por meio de pesquisas ao longo do tempo. Elas aportam evidências de que a provisão de cuidados é fundamentalmente familiar, sendo prestados por mulheres, e da sua forte segmentação, de acordo com os níveis de renda dos lares. Uma das questões mais relevantes por elas destacada é o vínculo entre desigualdade social e resolução das necessidades de cuidados, fato que levou o assunto a ser colocado na agenda pública. Isso originou debates em vários países da região e, em algumas ocasiões, acordos para formular políticas públicas que assegurassem o direito aos cuidados de determinados segmentos da população.

A pesquisa de Juliana Martínez Franzoni e KoenVoorend divulga uma linha de investigação que contribui para compreender a importância da dimensão familiar no estudo dos regimes de bem-estar. A partir da conceitualização desenvolvida por Esping-Anderson, pode-se mostrar empiricamente a heterogeneidade existente na região nas relações entre organização familiar dos cuidados, mercado de trabalho e políticas sociais. Apresenta um exercício teórico-metodológico partindo do enfoque multidimensional da equidade de Nancy Fraser e dos âmbitos públicos e privados onde ocorrem as relações de gênero da proposta de Sylvia Walby. Isso sugere que a maior presença do

Estado, através de políticas sociais está vinculada com menores níveis de desigualdades de gênero, se uma reorganização doméstica dos cuidados. Isso leva os autores a propor novas perguntas sobre o efetivo funcionamento dos mercados de trabalho, das políticas sociais, e das famílias em relação aos cuidados.

O texto de Laura Pautassi tem um enfoque normativo. Ela discorre sobre a necessidade de reconhecer as pessoas como titulares do direito aos cuidados, independentemente da posição que ocupem, e especialmente desvinculado da sua relação com o trabalho. Isso leva a afirmar que existe o direito a cuidar, a ser cuidado e ao autocuidado. E leva a questionar a divisão sexual do trabalho, a procurar a maneira de redistribuir as obrigações de cuidar e reconhecer os direitos daqueles que precisam ser cuidados. Implica responsabilidade dos Estados em relação a políticas e práticas equitativas. Um aporte adicional vem da apresentação de indicadores de direitos humanos como mecanismos de exigibilidade e ferramentas para avançar no sentido de uma maior institucionalidade e garantia em matéria de direitos humanos.

Corina Rodríguez Enríquez apresenta quatro dimensões centrais e a partir delas questiona a disciplina econômica convencional: o rol sistêmico do cuidado na dinâmica econômica, o valor econômico do cuidado, a organização social do cuidado e a subordinação econômica das mulheres e a importância das políticas públicas para as mudanças. Por último, debate a respeito das ideias errôneas sobre as consequências econômicas das denominadas políticas de conciliação e apresenta argumentos relacionados com a implicância econômica da ausência dos cuidados, tanto no nível macro pela subutilização de mão de obra como no micro, em relação ao menor rendimento nos postos de trabalho. A autora destaca a potencialidade das políticas de conciliação para contribuir com uma organização do cuidado com co-responsabilidade social, que deveria se sustentar em relações familiares com igualdade de gênero.

María-Ángeles Durán e Susana García Díez enfatizam a necessidade de desenvolver novos instrumentos estatísticos para uma atividade central para o bem-estar social. O discurso acadêmico de Durán sobre a necessidade de novos instrumentos estatísticos para medir o uso do tempo no trabalho não remunerado familiar foi fundamental para o impulso que tiveram as pesquisas de uso do tempo na região. Ela apresenta uma preocupação complementar a respeito para elaborar metodologias que permitam predizer as demandas de cuidado. E propõe achar instrumentos para prever a demanda de cuidados a médio e longo prazo pela sua transcendência social, econômica e política. A partir de exercícios realizados com base em dados demográficos na Espanha, as autoras sugerem a necessidade de adicionar novos elementos às predições demográficas que permitam construir diferentes cenários, incorporando à análise outros atores: o mercado, o Estado e a comunidade.

O texto de Marcela Cerrutti, Alicia Maguid e Georgina Binstock trata da crescente preocupação com a migração de mulheres dedicadas a tarefas de cuidados nos países centrais, atendendo às necessidades das famílias desses países. É analisada a imigração sul-americana na Espanha: a resultante do pro-

cesso migratório, a influência na família, o gênero dos emigrantes e o cuidado. É descrito como as famílias ficam divididas e as possibilidades de reunificação, a maternidade à distância e a formação das denominadas cadeias globais de cuidados. As autoras declaram que as mulheres que trabalham no serviço doméstico ou no cuidado de pessoas são as que têm maiores dificuldades para se reunir com seus filhos, em razão de fatores socioeconômicos.

A segunda parte, "Políticas de cuidado e experiências de cuidadores" apresenta os fatores que contribuem para a desvalorização do trabalho remunerado de cuidados. Cecilia Grosman sugere quais devem ser os direitos dos idosos dentro do escopo dos direitos humanos universais. Destaca a importância de estabelecer normas que legitimem uma ética de cooperação no cuidado dos idosos, com as mesmas responsabilidades para homens e mulheres. Considera que dessa maneira haveria uma contribuição para uma mudança de ideias sobre os princípios de igualdade e solidariedade familiares.

O texto de Natalia Gherardi e Josefina Durán focaliza as empregadas domésticas que trabalham como provedoras de cuidados em lares de setores de renda média e alta, o que lhes permite combinar estudos, trabalho e responsabilidades familiares com maior facilidade. Elas descrevem as diversas etapas históricas na regulamentação discriminatória do trabalho no serviço doméstico na Argentina, o seu caráter de informal e as escassas iniciativas para melhorar essa situação e torná-lo formal com o devido registro em carteira. Tem especial destaque a análise da recente lei que regula este trabalho e o equipara com os demais trabalhos assalariados, embora conservando caráter de regime especial. Questiona a sua efetiva implementação e os problemas derivados da ausência de reconhecimento social do trabalho reprodutivo.

O texto de Natacha Borgeaud-Garciandía contribui para demonstrar a heterogeneidade do mundo do trabalho remunerado de cuidados, apresentando uma pesquisa sobre outro segmento de trabalhadoras, as cuidadoras de idosos. Baseada em entrevistas, analisa as diferentes dimensões deste trabalho, as relações com a pessoa cuidada e os familiares dela, os contatos corporais, as emoções provocadas pela deterioração crescente e a iminência da morte. A autora destaca a falta de coerência entre a promoção da profissionalização por meio de políticas de formação e a persistência de baixos salários e deficientes condições de trabalho.

Outro âmbito do trabalho de cuidado é o infantil comunitário, estudado por Carla Zebecchi. Parte das mulheres que realiza este trabalho tem acesso a ele por meio de programas de transferências condicionadas. Neles há uma combinação de contribuição monetária com a demanda de contrapartidas familiares, como comprovação de frequência escolar e exames de condição de saúde de crianças e adolescentes. Isso gera um compromisso com a tarefa e o desejo de profissionalizar-se em práticas de cuidado. Mas isso gera tensões por exigências, às vezes conflitantes, como o amor pela pessoa que recebe cuidados, o compromisso social solidário com a organização e colegas e a necessidade econômica pessoal.

A terceira parte, “Infraestrutura e serviços de cuidado: a experiência latino-americana”, começa com um texto de Cecilia Rossel e Diego Hernández. Eles estudam o vínculo do cuidado com o espaço e o tempo. Esta análise mostra a necessidade de complementar as pesquisas sobre a distribuição desigual do tempo de cuidado com uma pesquisa sobre a sequência de atividades no espaço. Segundo os autores, os deslocamentos variam em função do gênero e do nível sócioeconômico. Eles consideram as políticas de transporte público como fundamentais para liberar tempo e assim poder atender melhor as necessidades das pessoas que acompanham pessoas dependentes.

Karina Batthyány apresenta o caso da elaboração de uma política pública de cuidado, o Sistema Nacional de Cuidados do Uruguai. São analisadas as bases conceituais da proposta baseadas em um enfoque de gênero e direitos, e as particularidades do processo de desenho do qual participaram diferentes atores. Segundo a autora, a proposta e a implementação dela enfrentaram uma série de tensões resultantes do predomínio de representações sociais de famílias na população e dificuldades de articulação das diversas instituições públicas setoriais com competências em diferentes áreas (educação, saúde, segurança social). A definição das relações público-privado e, em particular, a regulamentação dos serviços e do emprego para garantir a qualidade dos serviços são parte da agenda pendente.

Por último, a análise de SilkeStaab apresenta a política de cuidado infantil do período 2006-2011 e a reforma da licença por maternidade no Chile, em 2011. A autora relata debates em que foram reveladas manifestações semelhantes às que aconteceram no princípio do século XX, quando foram discutidas as leis de proteção à maternidade. São mencionadas discussões de diversos atores sobre a preocupação com a natalidade, a saúde e o desenvolvimento do recém-nascido e o aleitamento materno. Em ambos os casos, são fortalecidos os direitos das mães de cuidar do filho e os direitos do recém-nascido, mas não são definidos direitos independentes nem deveres dos pais. O caso chileno é um avanço que deveria conduzir a um enfoque integral baseado em direitos e igualdade de gênero.

## Valoração

Esta compilação representa um significativo aporte para intensificar o diálogo entre os enfoques sociológicos, econômicos, jurídicos e antropológicos que permitam vincular áreas de observação: as famílias e a divisão sexual do trabalho, o marco jurídico, a divisão internacional dos cuidados, o local dos cuidados nos regimes de bem-estar e as políticas públicas.

Por esta razão é um elemento valioso para pesquisadores/as sobre este assunto, mas também para os responsáveis políticos que se interessam pelos problemas sociais. Com certeza, a partir destes conhecimentos gerados, serão detectados vácuos e surgirão novas perguntas cujas respostas chegarão com futuras pesquisas, para contribuir com os atuais debates sobre políticas de cuidado de caráter integral, no marco da reestruturação dos sistemas de proteção social.